

## A POLIVALÊNCIA TÁTICA DOS DISCURSOS SOBRE A SOROPOSITIVIDADE E OS DISPOSITIVOS DO *FAST FODA*

### *FAST FUCK APPS AND THE TACTICAL POLYVALENCE OF DISCOURSE REGARDING SEROPOSITIVITY*

Atílio Butturi Junior<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende, a partir das discussões sobre a biopolítica e a racialização e amparado no conceito de dispositivo crônico da aids<sup>2</sup>, analisar os discursos materializados em aplicativos de geolocalização voltados para práticas homoafetivas. Para tanto, parte da hipótese da polivalência tática dos discursos e toma como corpus três aplicativos – *Grindr*, *Hornet* e *Scruff* – e a injunção pela confissão e pela subjetivação via enunciados de soropositividade, que passam a marcar os aplicativos em meados de 2016, quando entra em cena uma estratégia de saúde e de prevenção para homossexuais masculinos. O que se nota é uma economia ambivalente de discursos que sugere, por um lado, a assunção da soropositividade como modalidade de vida e que, por outro lado, solicita uma bioascese na modalidade do falar de si mesmo, cujo limite é a cisão entre corpos e sujeitos.

**Palavras-chave:** hiv/aids; aplicativos de geolocalização; homossexualidade masculina.

**Abstract:** This article seeks to analyze – based on discussions on biopolitics and racialization and supported by the concept chronic apparatus of AIDS – discourses materialized in geolocation applications geared to homoaffective practices. Thus, the paper takes the hypothesis of the tactical polyvalence of discourse as a starting point. As sources of corpus the work harnesses three applications – Grindr, Hornet and Scruff – and the injunction for confession and subjectivation via seropositive statements – a feature introduced by the apps in mid-2016, when a health and prevention strategy for male homosexuals was implemented. What is noticeable is an ambivalent economy of discourses, which, on the one hand, suggests the assumption of seropositivity as a way of life and, on the other hand, calls for a bio-asceticism in the modality of speaking of oneself, whose limit is the split between bodies and subjects.

**Keywords:** HIV/AIDS; geolocalization apps; male homosexuality.

---

<sup>1</sup> Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC. Líder do Grupo de Estudos do Campo Discursivo (UFSC/CNPq). E-mail: [atilio.butturi@ufsc.br](mailto:atilio.butturi@ufsc.br).

<sup>2</sup> Manterei em minúsculas a grafia de aids e hiv, tendo em vista a série de resistências que solicita essa materialização e que está inscrita nos textos das pessoas que vivem com hiv, no Brasil.

### Introdução

Começo este texto com a *Declaração da Suíça*, alcunha do célebre (e “polêmico”) artigo publicado em 2008 no *Bulletin des médecins suisses* por Pietro Vernazza, Bernard Hirschel, Enos Bernasconi e Markus Flepp:

Une personne séropositive ne souffrant d’aucune autre MST et suivant un traitement antirétroviral (TAR) avec une virémie entièrement supprimée (condition désignée par «TAR efficace» ci-après) ne transmet pas le VIH par voie sexuelle, c’est-à-dire qu’elle ne transmet pas le virus par le biais de contacts sexuels. (VERNAZZA et al., 2008, p.165)<sup>3</sup>

Alguns condicionais marcam o enunciado médico sobre o sujeito “indetectável”, que desde então reaparece, polemicamente: é preciso que a pessoa com hiv tenha aderido ao tratamento e esteja sendo acompanhada regularmente; que a carga viral<sup>4</sup> esteja suprimida (o limite de supressão sendo de 40 cópias por ml de sangue); que não coexista nenhuma outra doença sexualmente transmissível.

Da biomedicina, volto meu olhar para a apresentação de Foucault do *Dispositivo da Sexualidade*<sup>5</sup>. Neste momento, gostaria de me deter em duas das quatro “prescrições de prudência”<sup>5</sup> que o francês traça na investigação da sexualidade: a *regra da imanência* e a *regra da polivalência tática dos discursos*. A primeira ensina que não há exterioridade entre o saber e o poder no dispositivo da sexualidade e, nesse caso, é possível estabelecer um “[...] conhecimento científico, desinteressado e livre, mas sobre o qual exigências do poder – econômicas ou ideológicas – fizeram pesar mecanismos de proibição.”(FOUCAULT, 2009a, p.108). Contra-marxianamente, o que Foucault exige

---

<sup>3</sup>Tradução livre: *Uma pessoa soropositiva não sofrendo de qualquer outra DST e em terapia antirretroviral (TARV), com viremia completamente suprimida (uma condição denominada "TARV eficaz" [<40 cópias/ml]) não transmite HIV sexualmente. Isso quer dizer que ela não transmite o vírus através do contato sexual.*

<sup>4</sup>As diretrizes de tratamento do hiv/aids estabelecem dois exames de acompanhamento para as pessoas soropositivas: o exame de carga viral, que quantifica a presença do vírus no sangue (que dever ser suprimido até os níveis de indetectabilidade) e a contagem de linfócitos T CD4, apontando para o funcionamento do sistema imunológico. Quando em Terapia Antirretroviral (TARV) considerada eficiente, o sujeito está no grupo que aderiu ao tratamento e é considerado “indetectável”. É este fenômeno do “zerado” que impossibilita a transmissão do hiv, conforme os enunciados científicos que se estabelecem a partir da Declaração da Suíça.

<sup>5</sup> Conforme Foucault (2009), as regras: 1) imanência, 2) variações contínuas, 3) duplo condicionamento e 4) polivalência tática dos discursos.

para investigar a sexualidade é a assunção da constitutividade e a localidade de estratégias de saber-poder, hifenizadas, cujo foco incide sobre o corpo.

A quarta das regras que aqui cabe trazer à tona é da “polivalência tática dos discursos”. Para explicá-la, Foucault (2009a, p.111-113) lança mão dos enunciados sobre a homossexualidade: da sodomia difusa à patologização do século XIX, os discursos engendraram uma série de mecanismos de controle social a partir do discurso da perversidade. Entretanto, é justamente no adensamento do controle social dos perversos que à homossexualidade coube construir um discurso de reação, na forma de resistências. Polivalente, esse discurso é da ordem da agonística, da luta entre poder e resistência.

Ora, que modalidades de relações se pode observar entre o texto da *Declaração da Suíça* e as duas regras foucaultianas? Eis a problemática sobre a qual desejo aqui lançar um olhar. Trata-se de inquirir acerca do funcionamento do *dispositivo crônico da aids* – conforme definirei adiante – e as relações que este trava com o dispositivo da biomedicina, por um lado, e os discursos de codificação e de resistência dos corpos soropositivos.

Para tanto, o trabalho se volta para os aplicativos de geolocalização utilizados por sujeitos que travam relações homossexuais masculinas e a inclusão do *status* da sorologia a que aderiram desde a partir de 2010<sup>6</sup>, de formas distintas. A pesquisa acerca de tais aplicativos tem observado, sobretudo no campo antropológico (MISKOLCI, 2016, 2015; COUTO et al. 2016; PADILHA, 2015; RODRIGUEZ; HUEMMER; BLUMELL, 2016; MELHADO, 2015) uma série discursiva que produz regimes de visibilidade corpóreos e formas de subjetivação segundo a ordem da segurança e da virilidade. No Brasil, especificamente, tal série discursiva e sua relação com os dispositivos acaba por corroborar a produção de uma cisão entre homossexualidades autorizadas e outras, que aparecem como abjetas, “matáveis” e, no limite, fantasmáticas (cf. BUTTURI JUNIOR, 2012). Para este artigo, o recorte pretende colocar em discussão: a) os discursos dos aplicativos e sua adesão à enunciação da sorologia dos

---

<sup>6</sup> A pesquisa foi realizada em 2018. Portanto, não traz as discussões sobre as modificações que, hoje no Brasil, afetam as políticas de enfrentamento do hiv/aids e assumem um apagamento discursivo relativo à sexualidade não-heteronormativa.

usuários – neste caso, *Grindr, Hornet e Scruff*; b) o dispositivo crônico da aids e a rede de discursos que se forma a partir da possibilidade de inscrição da sorologia dos usuários; c) a intrincada relação entre dispositivos de gênero, dispositivos de geolocalização para sexo entre homens (*fast foda*) e os discursos sobre os sujeitos que vivem com hiv.

Início a discussão ao retomar a conceituação dos dispositivos; adiante, recorro à problematização acerca do *dispositivo crônico da aids* e, por fim, analiso alguns discursos que têm como objeto a sorologia dos sujeitos nos aplicativos, segundo o regime da *polivalência tática dos discursos* (FOUCAULT, 2009a).

#### *Dispositivos, homossexualidades e hiv*

Antes de me voltar a este dispositivo da AIDS – e para o que chamei de *dispositivo crônico da aids* (BUTTURI JUNIOR, 2016a) –, trago a lume a problematização de Foucault acerca dos dispositivos, inaugurada em seus contornos justamente na *Vontade de Saber*. O francês retomará o conceito em entrevista de 1977, delineando-o assim: “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 2009b, p.244). Na forma de uma rede, o dispositivo seria o jogo entre práticas discursivas e não-discursivas. Plástico, sua capacidade de deslocamento seria devida justamente ao imperativo de responder às “urgências históricas” (BUTTURI JUNIOR, 2016b). Como resultado, o que se teria é uma espécie de maquinaria de produção de saberes, poderes e formas de subjetividade e de resistência. Agonisticamente construído, então, um dispositivo poderia ser lido como uma rede que captura os viventes – o que, afinal, foi o ponto de onde partiu Agamben para reler Foucault.

Sigo com Agamben (2014). Sua leitura dos dispositivos foucaultianos aponta que, dada a multiplicação dos dispositivos no mundo atual, é preciso inflacionar também as formas de subjetividade. Dentre os dispositivos agambenianos figuram, exemplarmente, os telefones celulares. O italiano, diante do processo de hominização evidenciado pelos dispositivos, descreve brevemente sua antipatia pelos dispositivos de

telefonia móvel. Faz notar que “[...] gestos e comportamentos dos indivíduos foram remodelados de cima a baixo pelo telefone celular.” (AGAMBEN, 2014, p.42). Ora, se fica patente a multiplicidade de sentidos oferecidos pelos dispositivos – e suas estratégias de objetificação e de subjetivação correlatas –, quero aqui traçar alguns apontamentos sobre dispositivos (incluindo nesta categoria os *smartphones*) e práticas sexuais e afetivas.

No texto *A tecnologia de Gênero*, De Lauretis (1994) submete o trabalho de Foucault sobre o dispositivo da sexualidade a uma crítica relacionada à ausência de discussão sobre generificação. Utilizando-se de conceitos que vão do feminismo ao althusserianismo – portanto, muitas vezes distante dos pactos ontológicos foucaultianos –, interessa na argumentação da autora o tratamento dado ao binômio sexualidade-gênero. Se, conforme Foucault há tecnologias políticas e biomédicas a produzir sujeitos, tais tecnologias devem ser lidas para a construção de uma problematização da construção dos gêneros, que sustentaria, segundo De Lauretis, as variadas estratégias de naturalização e de assunção da diferença sexual. As tecnologias de gênero, conforme definidas por De Lauretis (1994), seriam o conjunto de práticas discursivas e não-discursivas que produzem formas de representação e de subjetividade. Um exemplo, no caso dos gêneros, seria a construção de modalidades de feminino no cinema ou nos saberes psicanalíticos.

Não pontuarei, aqui, os limites da assimilação proposta pela feminista entre a Foucault, Althusser e a teoria feminista (DE LAURETIS, 1994). Restrinjo-me a frisar o movimento de análise, que permite inventariar dispositivos múltiplos – como o que fez De Lauretis com o dispositivo cinematográfico – e implicá-los com o governo dos corpos viventes como masculinos ou femininos. De maneira similar a Agamben, há um deslocamento fundamental e múltiplo capaz de inventariar formas de subjetividade e relações de gênero e afetividade, seja nos celulares (mais estritamente, nos *smartphones*), seja no discurso cinematográfico. A importância desses dispositivos contemporâneos é atestada por Haraway (1994), que os equaciona “sob formas quase infinitas e polimórficas” diante das modificações políticas e tecnológicas<sup>7</sup> dos espaços

---

<sup>7</sup> De Lauretis (1994) se apropria da discussão dos dispositivos, foucaultiana, que traduz por *tecnologia*.

sociais contemporâneos. É justamente aí que reside uma perspectiva de leitura para os aplicativos de geolocalização, objeto do presente texto.

Se, então, a leitura dos dispositivos na contemporaneidade prescinde da cisão entre máquina e organismo, deixando as bordas e diferenças “borradas”, Haraway (1994) atenta para os deslocamentos que afetam a produção dos corpos e da visibilidade pública dos sujeitos com o advento das novas tecnologias de comunicação. Atualmente, ao que parece, é possível defender uma amplificação desses dispositivos quando se aborda a busca de parceiros afetivos e sexuais nos aplicativos de geolocalização ou nos diversos sites de busca por parceiros. No caso da homossexualidade masculina, a produção dos sujeitos nestes dispositivos recorre a tecnologias de virilidade e masculinidade. Butturi Junior (2012) já apontava, nos *sites* de relacionamento voltados a homens homossexuais do Brasil – o *chat* do UOL e o site Disponível.com, a permanência de um dispositivo corporal marcado pela masculinização e pela atividade sexual. Os discursos desse dispositivo “monossexualizante”, repleto de equívocos e rasuras, cindia homossexualidades mais ou menos normais, mais ou menos desejadas, cuja aparição era assombrada por formas fantasmáticas de efeminização e passividade. Tal normalização é confirmada por Miskolsci (2016, 2015, 2014), ao investigar as tecnologias de gênero dos aplicativos, segundo o viés etnográfico. O autor tem descrito, em diversas pesquisas sobre práticas de *hook up* – que, justamente, traduz por *fast foda*, conforme os sentidos brasileiros – as séries de práticas contemporâneas produzidas a partir do ciberespaço, cuja característica é justamente a produção de visibilidades e sociabilidades que higienizam as homossexualidades. Assim, as práticas de *cruising* – a “pegação” anônima que tinha lugar nos mais diversos espaços públicos de frequência homossexual – têm dado lugar a um dispositivo cada vez mais segmentado, construído sob o imperativo da tríade virilidade, juventude e *status* econômico-social (MISKOLSCI, 2016, 2015, 2014).

Gadelha (2015) aponta, de forma um pouco distinta, relações entre o *cruising* e o *hook up*, definindo o segundo como *cruising on-line*, justamente pelas táticas híbridas de produção dos sujeitos. Para ele, há uma produção performativa das corporalidades que relaciona o *cruising off-line* e o *cruising on-line*. Ao que parece, não obstante as diferenças relativas à sociabilidade gay (tomada como foco de construção identitária) –,

os aplicativos de *fast foda* atualizam um mesmo dispositivo de virilidade para os sujeitos homossexuais. Deste modo, ratificam os discursos de hierarquização das homossexualidades masculinas ao limite e, como resultado, exacerbam formas de subjetividade mais ou menos normalizadas.

Um deslocamento importante desse dispositivo de *cruising* é a mobilidade e a celeridade oferecidas pelos aplicativos de geolocalização. Couto et al. (2016) afirmam que os *smartphones* e as tecnologias infocomunicacionais<sup>8</sup> acabaram por modificar sobremaneira os modos pelos quais as práticas afetivas e sexuais podem acontecer. No caso do presente texto, cabe observar as relações entre a modificação tecnológica e o *fast foda* como prática existente entre homens que fazem sexo com homens. Couto et al. (2016) chamam atenção para o fato de que os aplicativos de geolocalização, ao mesmo tempo que permitem estratégias de resistência, oferecem novas formas de codificação e normalização, ratificando as discussões que apresentei precedentemente. Ainda que funcionem distintamente, pois não recorrem à cartografia urbana típica do *cruising*, os aplicativos oferecem uma nova topologia, devidamente erigida por uma criteriosa descrição de si, engendrada: a) pela corporalidade, materializada nas imagens de si, geralmente de dorsos torneados e viris, conforme aponta Padilha (2015); b) pelo esquadrinamento detalhado acerca de preferências dos sujeitos (sexuais, afetivas etc); por fim, pelo aparecimento, sobre o qual aqui se quer indagar, de enunciados sobre o “*status* de soropositividade”, notadamente confessionais.

Gostaria, pois, de voltar-me justamente para o terceiro dos tópicos elencados, a saber, a problematização da soropositividade nos aplicativos de *fast foda*. Ao que parece, a injunção do relato acerca da saúde dos usuários dos aplicativos, muito embora possa ser lida a partir da ordem de uma política de saúde pública, indica um movimento fundamental de normalização biopolítica, que ganha contornos, desta feita, de racialização e de expulsão definitiva dos corpos perversos. Trata-se de uma questão ambígua, sobretudo porque, conforme a primeira citação deste texto, estaríamos vivendo num momento de cronicidade na história do HIV, em que os sujeitos

---

<sup>8</sup> Remeto o leitor à Butturi Junior (2019) e ao conceito de “tecnobiodiscursivo”, que faz notar uma relação fundamental e constitutiva entre o vivo, o discursivo e as tecnologias. É, ao que parece, o que fica explícito nas produções de si mesmo dos aplicativos que aqui são analisados.



considerados como “zerados” poderiam viver uma vida “normal”. A pergunta a ser feita, portanto, é: qual o discurso dessa nova normalidade crônica para os sujeitos que vivem com HIV? Ou, dito de outro modo: quais estratégias do dispositivo sexual estão materializadas nas práticas de *fast foda* e na marcação da soropositividade de seus usuários?

Em linhas gerais, antes de passar aos aplicativos, é mister descrever este *dispositivo crônico da aids*. Parto de *O que é AIDS*, texto em que Perlongher (1987) já sugeria a existência de um *dispositivo da aids*. Recorrendo a Foucault, o autor apontava que se tratava de disciplinar os prazeres periféricos, notadamente os homossexuais. Tomando Perlonguer, Pelúcio e Miskolci (2009), anos mais tarde, fazem notar um dispositivo em funcionamento, marcado pela injunção de conformar os “perversos” à normatividade heterossexual. Retomo tal debate e inscrevo-o aqui segundo dois momentos: o primeiro, de forte disciplinarização; o segundo, que revela um “dispositivo crônico da aids” e se sustenta na medicalização como estratégia biopolítica (BUTTURI JUNIOR, 2016a, BUTTURI JUNIOR; LARA, 2018a, 2018b).

O primeiro momento, o do *dispositivo da aids*, engendra-se nas práticas de divisão e esquadramento dos “grupos de risco”, notadamente definidos pelo discurso dos 5H<sup>9</sup>: hemofílicos, homossexuais, haitianos, heroínômanos e *hookers* (prostitutas). Tal discurso apareceria já no início da “epidemia” (CAMARGO JR., 1994). Dispositivo sexual por excelência, nutre-se de saberes científicos que colocam em xeque a “liberdade excessiva” dos corpos perversos e instituem uma espécie de origem mítica, na qual a África e a homossexualidade anormalizam-se e fundam-se no chamado “câncer gay” (CAMARGO JR., 1994; BUTTURI JUNIOR, 2016a). O dispositivo é marcado por suas estratégias de separação e individuação e, no seu interior, proliferam os enunciados sobre os “aidéticos”, sujeitos ora contaminantes, ora perversos, cuja função da biomedicina é apartar e, no limite, deixar morrer. Herbert Daniel (1989) descreverá essas diversas táticas de “morte civil” dos sujeitos vivendo com hiv, sobretudo os homossexuais, processo que, mais tarde, Pelúcio e Miskolci (2009, p.139) chamarão de *sidanização*, a: “[...] conversão e ‘responsabilização’ do sujeito no que se

---

<sup>9</sup> Na literatura do Brasil fala-se, muitas vezes, em 4H, excluindo-se as *hookers*.



refere à saúde, à forma de lidar com o corpo e a aos vínculos que passaria necessariamente e ter com o sistema oficial preventivo”.

Plástico, este *dispositivo da aids* vai se deslocar (BUTTURI JUNIOR, 2016a) a partir de uma redistribuição dos saberes e das formas de subjetividade que têm lugar com o desenvolvimento da TARV – Terapia Antirretroviral. Conjunto de medicamentos capazes de conter a evolução do vírus hiv no corpo dos sujeitos, o aparecimento da tecnologia biomédica da TARV surgirá relacionada com a amplificação das estatísticas acerca da heterossexualização da aids, já não mais restrita aos “grupos de risco” – cuja marca é do desaparecimento factual mas da permanência na memória discursiva da aids. Os “coquetéis” exigem uma nova descrição da doença e dos corpos doentes, segundo o discurso da “cronicidade” e sob a égide de tecnologias de governo da população, marcadas por protocolos de teste e tratamento, com vistas a reduzir a transmissibilidade do vírus – o que aqui assumo como o *dispositivo crônico da aids*. Como aponta Valderrama (2012), o aparecimento da TARV adensa o governo biopolítico: de um lado, exigindo o controle da população e a contenção dos riscos; do outro, exigindo das pessoas que vivem com HIV um cuidado de si irrestrito.

Esta cronicidade, não obstante, é a mesma que permite aos sujeitos entabular possibilidades de resistência e de politização das identidades dos grupos e sujeito afetados, recorrendo a políticas identitárias de pressão pública e garantia dos direitos civis. Interessa, então, percorrer as linhas híbridas – e, por vezes, contraditórias – deste dispositivo polivalente. Volto à *Declaração da Suíça*, para tanto. Ali, no interior da biomedicina, assistia-se ao acontecimento de um deslocamento dos discursos sobre as pessoas que vivem com HIV. De um lado, um dispositivo de morte anterior, em que os sujeitos “aidéticos” eram tomados como perigosos e condenados ao silenciamento e à morte civil (DANIEL, 1989). Do outro lado – e no curtíssimo espaço que separa as dizibilidades e visibilidades que sustentam o dispositivo da aids –, o acontecimento da “adesão à TARV”, possibilidade de manutenção da vida dos sujeitos e da ausência potencial de imputação de sua periculosidade social (atestada pelos saberes da biomedicina).

Os efeitos da *Declaração da Suíça* e da TARV podem ser lidos, todavia, em sua polivalência, relacionados a estratégias distintas: primeiro, na modalidade de um poder

sobre a vida, que pretende *fazer viver* (FOUCAULT, 2010) e permite aos sujeitos a existência de acordo com os parâmetros da normalidade médica; em contrapartida, seguindo Pelúcio e Miskolci (2009), tais discursos permaneceriam fundamentados na exigência da responsabilização e na conseqüente disciplinarização. Assim, se por um lado atenta-se para a possibilidade de novos enunciados, menos estigmatizados, sobre os que vivem com hiv, também exige-se desses sujeitos a “alternativa” da medicalização imperativa, biomarcador novidadeiro de uma espécie de racismo do dispositivo crônico.

Por racismo, aqui, pretendo relacionar as estratégias de direito de morte numa sociedade da vida – exemplarmente sugerida por Foucault (2010), nas aulas que conforma seu *Em Defesa da Sociedade*. Como condição de “tirar a vida” em sociedades em que o poder se torna cada vez mais invisível (em suas práticas), as cisões biológicas e políticas entre os sujeitos matáveis e os dignos de vida teriam como produto extremo o Holocausto. No entanto, o poder de cingir modalidades de vida residiria nas diversas práticas de exclusão, de separação e de esquadrinhamento de formas de subjetividade indesejáveis – produzidas socialmente, etnicamente, genericamente, medicamente etc. É esta a forma de racialização que se levanta no caso do hiv. Similar à “morte civil”, que aqui já trouxe à tona, de Herbert Daniel (1989), suas estratégias plásticas e inovadoras, ao mesmo tempo em que sugerem focos de resistência, produzem abjeção. Para as vidas racializadas pelo hiv, a desobediência civil era – e permanece sendo, ainda no *dispositivo crônico da aids* – a própria coragem de dizer “estou vivo”. Diante de tal *dispositivo crônico* e de suas estratégias de medicalização, responsabilização e racialização para os sujeitos, eis que é o momento de retornar aos aplicativos de *fast foda* descritos na seção anterior e questioná-los segundo a *polivalência táticas dos discursos* que encerram.

#### *A distribuição desigual do prazer e a injunção da confissão*

Foucault (2009a) se utiliza de Diderot e de suas *Joias Indiscretas* para traçar um enunciado fulcral do dispositivo sexual: a exigência de extração da verdade dos sujeitos de acordo com suas práticas sexuais. Este sexo falante – ubiquamente distribuído – não trata de negar, mas de estimular e de produzir formas de subjetividade sob a égide do

desejo e da sexualidade. É um sexo que exige a confissão e o exame contínuos, da ordem de uma ética da Antiguidade Clássica ou das morais da primeira cristandade.

O texto de Foucault, como se sabe, é de 1976. Nenhum exercício de previsão, à Artemidoro, seria válido para observar a permanência de séries discursivas, práticas de subjetivação e de objetivação, relações de força e resistência que, desde então, ganharam espaço e se redistribuíram nos dispositivos da tecnologia. Os aplicativos de *fast foda*, apesar de céleres em sua difusão<sup>10</sup> – o primeiro deles, *Grindr*, surge em 2009, enquanto o *Scruff* é de 2011 –, trazem no bojo um jogo de repetições, voltadas justamente a um dos perversos do século XIX, a saber, o homossexual.

Tomo três dois mais acessados aplicativos da atualidade e descrevo-os de forma panorâmica: *Grindr*, *Scruff* e *Hornet*. Como já mostraram Miskolci (2016, 2015), Couto et al. (2016), Padilha (2015) e Rodriguez, Huemmer e Blumell (2016), o primeiro dos discursos a se observar na materialidade dos aplicativos é o da classificação: os três aplicativos oferecem um regime de verdade bastante restrito acerca das homossexualidades, que deve ser codificada segundo preferências (atividade, passividade), etnia, tribos (que variam de acordo com o aplicativo e o público usuário “preferencial”) etc. Esta categorização é amplamente utilizada e o êxito do sujeito em angariar relações sexuais e/ou afetivas está diretamente relacionado ao grau de descrição presente nos perfis, diretamente normalizadas no âmbito de uma homossexualidade paradigmática (BUTTURI JUNIOR, 2012).

O regime de visibilidade também aponta para as escansões e toma o par virilidade-saúde como ponto de corte. Assim, seguindo os apontamentos de Padilha (2015) e Couto et al. (2015), é possível referendar os estudos de Miskolci (2015, 2016) e de Butturi Junior (2012), para os quais há uma economia corporal excludente nas práticas de *cruising* e de *fast foda* hodiernas: por um lado, corpos jovens e de frequentadores de academias são considerados mais desejados, seja pela exibição da virilidade, seja pelos enunciados de cuidado que fazem emergir; por outro lado, como já apontava Pollack (1990) a respeito da relação entre homossexuais e aids, prolifera uma memória de enunciados de exclusão dos sujeitos considerados velhos em demasia,

---

<sup>10</sup> Padilha (2015) apresenta vários outros aplicativos de fast foda. Aqui, optou-se por um recorte, atendendo a critérios metodológicos.

magros em demasia ou poucos saudáveis, permanece operando no funcionamento destes dispositivos.

Essa economia discursiva da *fast foda* desloca-se em 2016, quando os aplicativos passam a permitir que, além das habituais classificações, os usuários possam apontar o *status* da sorologia para HIV e a utilização da PrEP<sup>11</sup>. Inicialmente, a relação entre a descrição sorológica se dá com o discurso da biomedicina. Dessa perspectiva estatística, cara ao governo dos corpos, um acontecimento discursivo (e, portanto, raro), ganha visibilidade: a problematização do aumento da incidência de contaminação por HIV em homossexuais masculinos, notadamente jovens. Em 2016, o artigo de Nunn et al. (2016) traz os resultados de uma pesquisa entre homossexuais dos Estados Unidos que contraíram hiv, realizada em 2013: mais de 60% dos entrevistados afirmava que o contato com o vírus teria acontecido via *sites* de *cruising on-line*. O discurso estatístico exemplificado no artigo está em confluência com diversos outros estudos da ordem biomédica (HULL et al. 2016; HIRSHFIELD et al., 2015) e que redundam em estratégias biopolíticas, que passam a indicar a periculosidade dos aplicativos e sua relação direta com a incidência de doenças sexualmente transmissíveis.

Estes enunciados ganham voz internacionalmente. Em 2015, a UNICEF divulga estudo que aponta as taxas de presença de hiv em jovens homossexuais residentes na região da Ásia-Pacífico (China, Japão, Indonésia, Tailândia e regiões da Oceania). Eivado de alarme, a pesquisa de dois anos considera que há uma espécie de “epidemia latente” entre os jovens de 15 a 19 anos, resultante, sobretudo, do uso dos aplicativos de *fast foda* por homossexuais. Responsáveis pela normalização das identidades, mas também pela liberalização das práticas sexuais entre os sujeitos, os aplicativos ainda careceriam de uma pedagogização, com vistas a regular a licenciosidade perigosa que engendrariam (BROWN, 2015).

Tal economia discursiva é, como apontava Foucault (2009a), polivalente: se, por um lado, aponta para a urgência de políticas públicas que levem em consideração o aumento de infecções e sua invisibilidade, por outro lado, revela uma rede discursiva

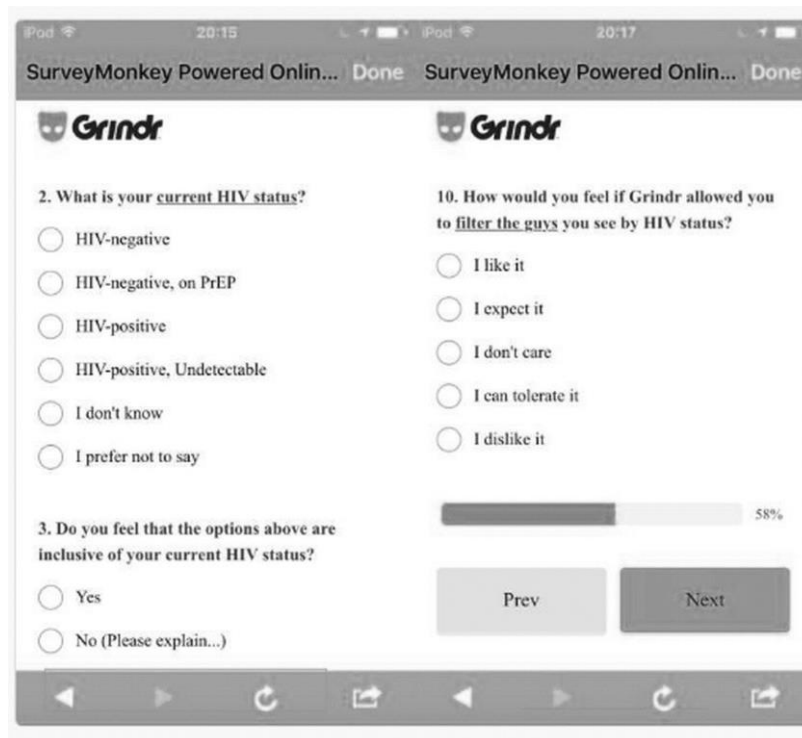
---

<sup>11</sup>PrEP é a sigla para profilaxia pré-exposição. Atualmente, o medicamento utilizado mundialmente é o Truvada. As pesquisas têm apontado que, em tratamento com Truvada, os sujeitos reduzem a quase zero a possibilidade de contrair hiv em relações sexuais, mesmo sem uso de preservativos.

que captura os sujeitos homossexuais, novamente, numa ordem de estigmatização pública – um tipo de quarentena digital cujo objetivo é a tanto a normalização quanto o apartamento de certas modalidades de sujeito. Difundida pela imprensa, esta economia passa a se constituir em de modo também vertical. Tomo o exemplo brasileiro. Desde 2015, na esteira de diversas ações internacionais, o Governo Federal passará a incluir entre suas campanhas de prevenção o uso dos aplicativos, amparado nos dados de aumento das infecções. A atuação se dá, por exemplo, através de uma campanha em dois aplicativos, um voltado a homossexuais e outro a heterossexuais – respectivamente, *Tinder* e *Hornet*. Porém, neste caso, rapidamente se assistirá a modificações e à repartição discursiva do perigo: o *Tinder* manifesta-se contrário à iniciativa governamental, enquanto o *Hornet* torna-se parceiro de controle e cuidado dos corpos homossexuais (CAPUTO, 2015). Estaríamos, novamente, diante da produção de suscetibilidades, segundo uma memória dos grupos de risco?

É preciso lembrar que a tática do *Hornet*, por sua vez, ocupa o espaço de iniciativas semelhantes nos outros dois aplicativos de *fast foda* que aqui tomo como objeto de discussão, no Brasil e em outros países: o *Grindr* tem uma campanha de saúde, prevenção e igualdade no ar, “Grindr4Equality” (GRINDR, 2017); o *Hornet* participa ativamente das estratégias de prevenção para o hiv, tendo aderido à campanha *Close Certo*, de 2016, e fazendo visitas de cooperação ao *Departamento de IST-AIDS e Hepatites Virais* do Ministério da Saúde (BRASIL, 2017); de forma semelhante, segundo dados da UNAIDS (2016), *Grindr* e *Scruff* aderiram à disseminação de informações acerca do hiv e da PrEP e à diretrizes de pedagogização para os usuários – na modalidade de disciplinas das práticas sexuais de *cruising*.

Neste solo discursivo surgem as táticas pastorais nos aplicativos, relacionadas ao *status* sorológico. Assim é que, em outubro de 2016, o *Grindr* iniciará uma pesquisa entre seus usuários acerca do projeto de criação de filtros para o reconhecimento dos sujeitos que vivem com hiv. Esta pesquisa inicial trazia questões sobre o status sorológico do pesquisado e sobre a opinião do usuário quanto à criação de filtros específicos para os sujeitos positivos. A *Figura 1*, abaixo, é um excerto deste primeiro questionário.



**Figura 1:** Pesquisa do aplicativo *Grindr*  
**Fonte:** Grindr (2016)

A utilização do *status* sorológico deu-se de modo bastante rápido, seguindo a perspectiva de outros aplicativos de mesma natureza. No caso do *Grindr*, o filtro que passou a ser utilizado, desde o final de 2016, traz 3 opções sobre a “saúde sexual” do usuário: *Exame de HIV*, *Último Exame* e *Perguntas de Saúde Sexual*. Como um dispositivo da peste descrito por Foucault (2012), os recursos permitem, a um só tempo, marcar os sujeitos, exigir um cuidado e uma observação constantes, segundo a ordem da distribuição dos tempos (quando se fez o último exame) e, no mesmo cadinho, oferecer técnicas de educação e civilização daquelas “homossexualidades perigosas”, justamente em desaparecimento desde o advento do hiv na década de oitenta do século XX (PERLONGHER, 1987).

De modo similar ao *Grindr*, o *Scruff* passará a oferecer, desde meados de 2015, filtros que apontam o *status* sorológico do usuário. Ao iniciar uma conta no aplicativo, uma das categorias para encontros é a de “rapazes com HIV”. Ademais, o aplicativo oferece outro filtro, devidamente nomeado como “Precauções”, em que se escolhe entre três possibilidades, quais sejam: *camisinhas*, *PrEP* ou *Tratamento como prevenção* – este último, indicando o discurso biopolítico de adesão e o sujeito indetectável, cuja

obrigação é relatar sua sorologia e participar de forma ativa do seu tratamento, a fim de produzir-se como corpo não-contaminante. Por seu turno, o *Hornet*, até o final de 2016, oferecia a opção de descrição do *status* sorológico apenas para os assinantes, os usuários que pagam taxas mensais para utilizar mais ferramentas do aplicativo. Atualmente, o aplicativo oferece o filtro KYS - *Know Your Status (Saiba seu status)*, que se refere aos resultados dos testes para hiv, utilização da PrEP e adesão ao tratamento. No aplicativo, lê-se informações sobre o aparecimento do HIV e encoraja-se os usuários à exposição da condição sorológica, “[...] para benefício de sua saúde e dos outros”(HORNET, 2017).

Nos três casos – e nos demais aplicativos que oferecem a possibilidade de descrição do *status* da sorologia –, assiste-se a uma hibridização tática dos discursos. Se, conforme o cuidado de si e as práticas de produção de sujeitos livres, seria possível aventar a possibilidade de uma leitura de positividade dos corpos com hiv, que podem ser vistos e desejados, há um implicativo de normatização evidente. Tal imperativo, como se tentou apontar neste texto, passa pelos saberes biomédicos e pela governamentalização do corpo individual e do corpo da população, ambos responsáveis por discursos de estigmatização das pessoas que vivem com hiv. Justamente porque evocam a necessidade de controlar práticas perigosas, exigem como contrapartida da visibilidade social uma ética da responsabilidade: é preciso confessar o seu *status* virológico, é preciso descrever minuciosamente as práticas biomédicas a que se está submetido – com dados regulares e atualizados sobre exames e tratamentos –, é indispensável que se esteja vivendo sob a égide da medicalização e que não se constitua, subjetivamente, como um sujeito que traga riscos aos usuários saudáveis e desejados dos aplicativos.

Certamente, a polivalência tática desses discursos, como já se disse, constrói-se também segundo os enunciados da politização das identidades homossexuais, vanguarda na prevenção e no tratamento do hiv e da aids. Como mostra Parker (2015), a infecção pelo hiv, na atualidade, revela-se uma epidemia invisível, pois está novamente circunscrita a grupos específicos. As afirmações de Parker colocam em xeque os discursos de ultrapassamento do vírus e, mais do que isso, trazem implicações também racializantes, como gostaria Foucault (2010): adensa-se o poder de exceção e de morte,



numa sociedade de preservação da vida. Destarte, o silenciamento sobre o avanço do HIV entre os homossexuais e entre os cidadãos africanos e de países vulneráveis sócio-economicamente ratifica uma distribuição desigual do luto (BUTLER, 2016) permanente: há corporalidades passíveis de pranto e de cuidado e outras a quem se nega o direito à vida e para quem o destino permanece a “morte civil” e a exclusão.

Aprofunda a polivalência deste dispositivo o caráter crônico da infecção pelo HIV, que trouxe à tona na primeira página do presente texto. Ora, se os sujeitos em tratamento ou se utilizando da PrEP não podem transmitir ou tornarem-se infectados, que tipo de problema moral e normativo está-se levantando, reproduzindo e exigindo na quarentena digital, restrita sobretudo aos aplicativos de *fast foda* utilizados por homossexuais e cujo produto é um panoptismo generalizado relativo aos prazeres que, atualmente, são obrigados ao minucioso exame pastoral? Ao que parece, a relação entre o discurso das estatísticas e do risco, o pânico moral e a produção de anormalidade, mais uma vez voltada às práticas homossexuais (supostamente e ainda mais perigosas que outras práticas) incide de modo diferencial conforme a orientação sexual, as práticas de prazer e afetividade, a raça, a etnia. À memória discursiva cabe, portanto, questionar: por que tais práticas estão sendo lançadas ao centro do problema do hiv? Por que, não obstante a adesão dos homossexuais à TARV ou à PrEP, permanece uma cisão da vigilância – que pode ser denegada pelo *Tinder* mas deve ser assumida como uma benesse pelos aplicativos de *fast foda* voltados aos homossexuais?

#### *Zerando a discussão*

Este breve texto pretendeu observar o que Foucault (2009a) descreveu como a polivalência tática dos discursos. Para tanto, voltou-se para os aplicativos de *fast foda* e o caráter ambíguo de seus enunciados acerca dos sujeitos que vivem com hiv.

Mais do que assumir os discursos estatísticos acerca do hiv e de sua relação com as homossexualidades, preferiu-se colocar em suspenso as urgências históricas que, no interior do dispositivo crônico da aids, permitem cindir categorias de sujeitos, formas de subjetividades mais ou menos valorizadas, perigosas ou normalizadas. Ao que parece, seguindo Foucault, ainda, é esta polivalência tática que permite ao olhar um tratamento menos teleológico dos saberes biomédicos e das técnicas de governamentalização, cujos

BUTTURI JUNIOR, Atílio. A polivalência tática dos discursos sobre a soropositividade e os dispositivos do *Fast Foda*, Cadernos Discursivos, Catalão-GO, v. 1 n 1, p. 21-39, 2020. (ISSN: 2317-1006 - online).

objetos permanecem sendo corpos sem direito à luto, invisíveis e, no limite, racializados, de quem se exige a submissão irrestrita e a confissão incondicional.

### Referências

AGAMBEN, G. *O amigo. O que é um dispositivo*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de IST-AIDS e Hepatites Virais. *Presidente do aplicativo Hornet visita o Departamento das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais*. Disponível em: <<http://www.AIDS.gov.br/noticia/2017/presidente-do-aplicativo-hornet-visita-o-departamento-das-ist-do-HIVAIDS-e-das-hepatite>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BROWN, A. How mobile dating apps contribute to adolescent HIV. *Blog UNICEF East Asia & Pacific*, dez. 2015.

BUTLER, J. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTTURI JUNIOR, A. *A passividade e o fantasma: o discurso homossexual no Brasil*. 2012. 280f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BUTTURI JUNIOR, A. As formas de subjetividade e o dispositivo da aids no Brasil contemporâneo: disciplinas, biopolítica e phármakon. In: AQUINO, V. C.; CRESTANI, L. M.; DIAS, L. F.; DIEDRICHM M. S. *Língua, literatura, cultura e identidade: entrelaçando conceitos*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2016a. p-59-78.

BUTTURI JUNIOR, A. A autoria, o dispositivo e a ética: os limites da (des)subjetivação na escrita. *Alfa*, São Paulo, v.60, n.3, p.507-530, 2016b.

BUTTURI JUNIOR, A.; LARA, C. de A. As narrativas de si e a produção da memória do hiv na campanha O Cartaz HIV Positivo. *Linguagem em (dis)curso* [online], Tubarão, v.18, n.2, p.393-411, 2018a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ld/v18n2/1518-7632-ld-18-02-00393.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BUTTURI JUNIOR, A.; LARA, C. de A. Biopolítica, direitos humanos e resistências: uma análise comparativa das políticas públicas de saúde para a população LGBT de Florianópolis-SC. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, n.57, p. 645-674, maio/ago. 2018b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tla/v57n2/0103-1813-tla-57-02-0645.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BUTTURI JUNIOR, Atílio. A polivalência tática dos discursos sobre a soropositividade e os dispositivos do *Fast Foda*, Cadernos Discursivos, Catalão-GO, v. 1 n 1, p. 21-39, 2020. (ISSN: 2317-1006 - online).

BUTTURI JUNIOR, A. O HIV, o ciborgue, o tecnobiodiscursivo. *Trabalhos Em Linguística Aplicada*, v. 58. n.2, p. 637-657, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8655554>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

CAMARGO JUNIOR, K. R. de. *As ciências da AIDS e a AIDS das ciências*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ABIA, IMS, UERJ, 1994.

CAPUTO, V. Tinder tira do ar campanha contra AIDS do governo. *Revista Exame*, São Paulo, fev. 2015. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/tecnologia/tinder-tira-do-ar-campanha-contras-aids-do-governo/>. Acesso em: 15 dez. 2016.

COUTO, W. et al. Práticas sexuais em geolocalização entre homens: corpos, prazeres, tecnologias. *Athenea Digital*, v. 16, n.2, p.169-193, jul. 2016.

DANIEL, H. *Vida antes da morte*. Rio de Janeiro: Jaboti, 1989.

DE LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p.206-242.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 19.ed. Trad. Maria Thereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009a.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 27. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009b. p. 243-276.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade - curso no Collège de France, 1975-1976*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Trad. Raquel Ramallete. 41.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GRINDR. *Grindr4Equality*. Disponível em: <<http://www.grindr.com/g4e>>. Acesso em 10 jan. 2017.

HARAWAY, D. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, H. B. de. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p.243-288.

HIRSHFIELD, S. et al. Social media use and HIV transmission risk behavior among ethnically diverse HIV-positive gay men: results of an online study in three U.S. States. *Archives of Sexual Behavior*, v.4, issue 7, p 1969–1978, oct. 2015.

HORNET. *Know your status*, [aplicativo], 2017

HULL, P. et al. The use of mobile phone apps by Australian gay and bisexual men to meet sex partners: an analysis of sex-seeking repertoires and risks for HIV and STIs using behavioural surveillance data. *Sex Transm Infect*, n.92, p.502-507, 2016.

BUTTURI JUNIOR, Atílio. A polivalência tática dos discursos sobre a soropositividade e os dispositivos do *Fast Foda*, *Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, v. 1 n 1, p. 21-39, 2020. (ISSN: 2317-1006 - online).

MELHADO, R. Vitrine do desejo: masculinidades e visibilidade homoerótica nas mídias digitais de busca de parceiros online. *Áskesis*, v. 4, n. 1, p. 118-129, jan./jun. 2015.

MISKOLCI, R. Estranhos no paraíso: notas sobre os usos de aplicativos de busca de parceiros sexuais em San Francisco. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 47, ago. 2016.

MISKOLCI, R. "Discreto e fora do meio" - Notas sobre a visibilidade sexual contemporânea. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 44, p.61-90, jun. 2015 .

MISKOLCI, R. San Francisco e a nova economia do desejo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 91, p. 269-295, 2014.

PADILHA, F. Isto não é um manual de instruções: notas sobre a construção e consumo de perfis em três redes geosociais voltadas ao público gay. *Nórus*, v. 3, n.3., p.72-104, jan./jul.2015.

PARKER, R. O fim da AIDS?. *Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS*, 2015.

PELÚCIO, L.; MISKOLCI, R. A prevenção do desvio: o dispositivo da AIDS e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, p. 125-157, 2009.

PERLONGHER, N. *O que é AIDS*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

POLLAK, M. *Os homossexuais e a AIDS: sociologia de uma epidemia*. Trad. Paula Rosas. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

RODRIGUEZ, N. S.; HUEMMER, J.; BLUMELL, L. E. Mobile masculinities: an investigation of networked masculinities in gay dating apps. *Masculinities and Social Change*, v. 5, n. 3, p. 241-267, oct. 2016.

UNAIDS. *Sites de encontros se unem para apoiar a resposta à AIDS*. Disponível em: <<http://unAIDS.org.br/2014/11/sites-de-encontros-se-unem-para-apoiar-a-resposta-a-AIDS>>. Acesso em: 20 out. 2016.

VALDERRAMA, J. M. Medicalização da vida soropositiva. In: CAPONI, S. et al. (Org.). *Medicalização da vida: ética, saúde pública e indústria farmacêutica*. Palhoça: Editora Unisul; 2012.

VERNAZZA, P. et al. Les personnes séropositives ne souffrant d'aucune autre MST et suivant un traitement antirétroviral efficace ne transmettent pas le VIH par voie sexuelle. *Bulletin des Médecins Suisses*, v.89, n.5, p.165-169, 2008.

*Recebido em junho de 2019.*

*Aceito em dezembro de 2019.*